

INÍCIO NO BRASIL E FIM NOS EUA?

EDWARD TELLES

As políticas de ação afirmativa implementadas a partir dos anos 60 nos Estados Unidos foram parte de uma grande iniciativa do Estado para acabar ou pelo menos reduzir as desigualdades raciais e o racismo. Elas surgem numa fase de grande otimismo *vis-à-vis* a economia e a democracia americanas.

A situação dos negros entretanto constituía-se como bem denominou Gunnar Myrdal (1944) a época no dilema americano pois mantinha-se a posição subordinada dos afro-americanos em meio a crença americana de fé em valores cristãos e igualitários. Embora tivesse constatado cedo a persistência do racismo e das desigualdades raciais identificando-os como o maior desafio da democracia americana, Myrdal pensou que a nova retórica da democracia resultado da II Guerra Mundial juntamente com as novas tendências de grande crescimento econômico pudessem provocar transformações fundamentais nas relações raciais nos Estados Unidos, pondo fim ao maior escândalo americano. O otimismo de Gunnar Myrdal infelizmente não se concretizou, mas sua hipótese serviu de estopim intelectual para o Movimento dos Direitos Civis.

Frente à rápida marcha rumo a democracia desencadeada no Brasil nos últimos 10 anos e diante da posição igualmente subordinada dos negros na sociedade brasileira, podemos vislumbrar dilema semelhante. No entanto, o Brasil de hoje é muito diferente dos Estados Unidos do pós-guerra.

No Brasil, o racismo é apenas um dos problemas não resolvidos da democracia em meio a muitos outros e a raça ainda não é considerada um elemento central na construção das desigualdades. Solucionar os problemas da extrema pobreza, da corrupção generalizada e da negação dos direitos humanos básicos é questão considerada prioritária juntamente com outras em relação ao racismo na agenda da democratização do país.

Por outro lado, o sistema racial brasileiro é muito diferente daquele que prevalecia nos tempos de Myrdal nos Estados Unidos. A situação extremamente crítica do racismo americano nos anos 20 com a segregação legal ao estilo Jim Crow, o linchamento dos negros pelos brancos e a inexistência de direitos civis para os negros são características ausentes do caso brasileiro. No entanto, também no Brasil a desigualdade racial é muito grande e o racismo crescente tal como agora

reconhece a sociedade branca. Permanecem, porém, muitas distinções na forma de expressão e manifestação do racismo entre Brasil e Estados Unidos. Distinções que incluem um *continuum* de categorias raciais no Brasil ao invés de ser um sistema binário como o americano. A falta de intervenção legal do Estado no Brasil contra sua presença ativa nos Estados Unidos na luta contra o racismo, maior interação racial no Brasil pelo menos entre os pobres, em lugar de um nível de interação extremamente baixo na classe média americana. Tais diferenças constituem-se em maiores oportunidades e maiores barreiras para o sucesso das ações afirmativas no Brasil.

Na verdade, a desigualdade racial é maior no Brasil que nos Estados Unidos graças, em grande parte, às políticas de ação afirmativa dos últimos 30 anos. Com base nos censos brasileiro e americano, calculamos a semelhança relativa de brancos e negros nas ocupações ditas de colarinho branco em 1960 e 1980. Em 1960, os brancos eram 4,5 vezes mais presentes nessas ocupações que os negros percentual esse que caiu para 2,9 no Brasil. Logo, a desigualdade racial era muito menor no Brasil antes da implementação das políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos. Em 1980, a desigualdade racial nessas ocupações de colarinho branco haviam caído para 2,3 nos EUA por causa das ações afirmativas e para 2,6 no Brasil, queda, portanto, bem inferior à registrada no caso americano.

Ao contrário da sua tradição de não intervenção nas questões raciais, o Brasil considera agora a possibilidade de introduzir políticas de ação afirmativa para reduzir a desigualdade racial. A crença numa democracia racial perde terreno e a recente implementação de cotas para mulheres nas direções de partidos políticos e sindicatos tem levado a compreensão de que as ações afirmativas voltadas para o combate às desigualdades raciais podem ser bem vindas. Ironicamente, e o caso americano, que foi por muito tempo considerado pelos brasileiros como o pior nas relações entre brancos e negros, que serve de exemplo.

Mas, no caso brasileiro, há que considerar mudanças importantes no modelo pelas seguintes razões:

- a) e muito mais indefinida no Brasil a identificação dos não brancos
- b) a estrutura da sociedade brasileira revela que o acesso à universidade ou à classe média é muito mais fechado e não apenas para os negros, sendo possível para uma parte muito reduzida da população
- c) muitos setores da sociedade brasileira não acreditam que o racismo exista ou seja verdadeiramente importante, isso se explicaria pela velha crença na ideologia da democracia racial, pela ausência de segregação legal e por uma elevada interação racial no nível das relações pessoais.

As ações afirmativas nas universidades foram um dos três mais importantes componentes desse conjunto de políticas e programas denominados ações afirmativas nos Estados Unidos. Os outros dois consistiram na preferência pela contratação e promoção de negros no mercado de trabalho e pelos contratos públicos, junto a uma minoria de empresários negros.

Os programas implementados nas universidades dão especial atenção à admissão de minorias. É o que vamos analisar neste artigo, tomando como referência o caso da Universidade da Califórnia. Antes disso, gostaríamos apenas de frisar que se aplicadas ao caso brasileiro, tais políticas deverão considerar dois fatos:

quais sejam a admissão de estudantes nos Estados Unidos e feita com base em múltiplos critérios e não apenas um e a proporção de jovens que entram na universidade e bem maior que no Brasil

No Brasil as universidades públicas são a melhor garantia de *status* para a classe média e o sistema de vestibular e seus cursinhos de elevado custo parecem limitar a ascensão de grupos de outras classes sociais. Portanto reformular o acesso a universidade e implementar políticas que possam ampliá-lo em termos de classes sociais certamente contribuirá para favorecer o ingresso de negros e outros candidatos de cor já que há no Brasil uma grande diversidade.

Inútil dizer que mudanças universais ou baseadas na classe social vão forçosamente favorecer a classe trabalhadora branca e as crianças pobres. Logo algum tipo de política de ação afirmativa fundada na raça será necessário.

O caso americano na universidade

Enquanto no Brasil considera-se a possibilidade da implementação de políticas de ação afirmativa para ajudar mulheres e minorias, as maiores instituições americanas decidiram acabar com os programas de ação afirmativa. Após 30 anos de duração os opositores pedem o desmantelamento desses programas sob o pretexto de que são inerentemente injustos já tendo alcançado seus objetivos. Embora mulheres e minorias tenham realizado uma mobilidade sem precedentes nesses últimos 30 anos, estão longe ainda de dividirem a igualdade ocupacional e salarial com os homens brancos. Apesar de a opinião pública manter-se favorável às ações afirmativas, em particular nas universidades, seus críticos afirmam que tais princípios negaram aos jovens brancos mais qualificados acesso ao ensino superior bem como ajuda financeira e empregos universitários.

Em nenhum outro lugar dos Estados Unidos o golpe contra as ações afirmativas foi tão violento como na Universidade da Califórnia. No verão de 1995 o Conselho de Diretores de todas as unidades votaram pelo abandono da raça, religião, sexo, etnia ou origem nacional como critério de admissão ou de contratação. Na mesma ocasião reafirmaram que a diversidade da Califórnia é um bem importante e que as matrículas universitárias no estado devem retratá-la. No entanto preconizam que as admissões na Universidade devem apoiar-se em programas de inserção para aumentar as taxas de elegibilidade dos grupos recorrentemente sub-representados em lugar de utilizar um sistema de preferências artificiais.

Segundo Seymour Martin Lipsett (1991) esse debate esconde duas formas de entender o que é a igualdade. A mais tradicional, presente na Declaração da Independência, define que a igualdade entre os indivíduos baseia-se na igualdade de oportunidades, enquanto a mais recente fala de igualdade entre grupos voltando-se para uma igualdade de resultados. Para esse autor, as ações afirmativas provocaram um confronto agudo entre dois grandes valores americanos: o igualitarismo e o individualismo. A distinção é simples: enquanto as ações compensatórias ajudam grupos em desvantagem a alcançar os padrões de competição estabelecidos pela sociedade, o tratamento preferencial implica eliminar tais padrões. Pelas mesmas razões, alguns defensores das ações afirmativas acreditam que, embora

tenham servido a um objetivo importante uma ação compensatoria não é mais necessaria muito embora as desigualdades raciais e etnicas permaneçam elevadas

As politicas de ação afirmativa tomaram a cena como mostra o caso da Universidade da California O governador da California Pete Wilson por exemplo tentou claramente usar tal debate como trampolim para lançar sua campanha a presidência da Republica Fez um *lobby* junto aos reitores da Universidade para anular as ações afirmativas conduzindo um movimento nacional contrario a sua permanência Um dos seus ex-colaboradores e amigo de longa data o reitor Ward Connerly negro foi o porta voz de Wilson defendendo o fim das politicas de ação afirmativa na Universidade Wilson não conseguiu o apoio necessario para lançar-se a campanha presidencial causando porem um grande estrago a tais politicas - logo ele que durante tanto tempo defendeu arduamente as ações afirmativas A decisão de suprimi-las na Universidade da California acabou sendo aprovada sob forte oposição do presidente dos decanos de todos os corpos representativos e da associação dos estudantes diante da evidência trazida por estudos prospectivos de que a matricula de afro americanos latinos e nativos (povos indigenas) cairia imediatamente dentre os discentes

Na Universidade muita gente expressou seu desacordo com o fato de as ambições presidenciais de Wilson terem orientado suas ações e influenciado o reitorado passando por cima da opinião dos conselhos universitarios administradores e estudantes Quase sempre suas objeções as A F eram interpretadas como de cunho politico Em janeiro de 1996 o corpo acadêmico dos decanos nos nove campus da UC modificaram as regras e a resposta veio de mais de 1 800 departamentos que subscreveram uma petição solicitando aos reitores a rescisão da mudança e a volta as ações afirmativas Associações de estudantes e estudantes no plano individual também pediram a manutenção das ações afirmativas Numa sessão a qual estiveram presentes outros representantes da universidade os reitores tomaram conhecimento do apoio dado pelos professores ao posicionamento das faculdades e do Conselho Acadêmico onde dois membros apenas sustentaram a posição da reitoria O governador Wilson pediu firmeza aos reitores no enfrentamento da situação e estes assim agiram adiaram indefinidamente duas medidas já aprovadas Uma delas rescindindo as decisões de julho e outra dando-lhes o poder de autorizar por mais um ano a manutenção das ações afirmativas para avaliar corretamente os efeitos decorrentes da sua supressão No dia seguinte o presidente da Universidade da California anunciou que as mudanças nos criterios de admissão afetaram as novas turmas do outono de 1998 e não de 1997 tal como previsto inicialmente Ora tal prazo foi imediatamente contestado por Wilson e por parte dos reitores

O embate continua e agora não apenas voltado para identificar os meios que podem permitir aos estudantes da California beneficiarem-se de igual acesso a universidade e plena participação nos seus programas mas sobretudo para eleger as questões fundamentais que uma politica educacional deve contemplar Criou-se também uma rede de ações politicas e sentenças de julgamentos que podem transformar a problematização das ações afirmativas E voltou a cena politica a questão da governabilidade demonstrando mais uma vez como é difícil lidar plena e publicamente com problemas de raça e etnia

Em maio de 1996 a Corte Americana do 5 Distrito decidiu que o programa de ações afirmativas da faculdade de Direito da Universidade do Texas era inconstitucional. Isso abre um precedente contrário a manutenção de tais ações nas demais universidades públicas americanas. A defesa provou que quatro brancos com notas altas e bons resultados haviam sido preteridos por candidatos negros e de origem hispânica por causa do sistema de preferência de minorias em voga na faculdade de Direito. Esse sistema foi implementado por professores conservadores posto que a Universidade do Texas estava cumprindo mandato judicial para a integração de estudantes nesta escola que praticava a segregação. Logo a Universidade parece encurralada pois ao mesmo tempo em que deve aplicar a decisão da Corte ao fazê-lo é considerada inconstitucional. Como as decisões do 5 Distrito dizem também respeito a outras escolas do Sul que formalmente barraram a admissão de minorias e devem agora cumprir a lei integrando-as no ensino superior o futuro da integração e na melhor das hipóteses ambíguo.

Outros estados de fora da região Sul estão implementando distintas estratégias para dar um fim às ações afirmativas nos seus sistemas universitários. A Pensilvânia e o Arizona por exemplo estão tentando anular a legislação específica favorável a tal prática. Na Carolina do Sul estão sendo feitas campanhas para modificar a Constituição estadual ou ainda coletar assinaturas para barrar tal iniciativa. No Colorado a direção do sistema universitário está cortando programas de ação afirmativa.

No centro desse debate a discussão acerca dos critérios de admissão na universidade e das políticas que devem garantir sua aplicação. As práticas de concessão de crédito e de contratação estão protegidas por um regulamento que prevê que nenhuma ação é legítima se resultar na desqualificação para os recursos federais e estaduais. O mesmo regulamento que enquadra a admissão não teria nenhum efeito se as normas federais de implementação das ações afirmativas não tivessem em algum momento sido interpretadas ou estendidas aos pedidos de admissão na universidade. Por isso a expectativa é que na Universidade da Califórnia a intervenção dos reitores venha a ter um grande impacto nas admissões. O que está em causa é o compromisso da universidade com a diversidade dos estudantes e sua capacidade em implementar tal objetivo. Ao introduzir uma política de admissões em 1988 os reitores afirmaram que o corpo discente da universidade deveria refletir amplamente a diversidade cultural, racial, geográfica e socio econômica da Califórnia. A presidência a época lançou as grandes linhas que deveriam orientar as admissões e cada campus individualmente adotou os critérios e procedimentos consistentes com tal política.

As novas recomendações do Conselho dos Reitores no que tange as admissões são as seguintes:

1) fim do uso da raça, religião, sexo, cor, etnia ou origem nacional em prol de critérios relacionados as condições socio econômicas.

2) o presidente da Universidade da Califórnia deve nomear um conselho especial com representantes da comunidade empresarial, da universidade, outros segmentos sociais ligados a educação e organizações da sociedade civil para elaborar propostas com vistas a orientar e ampliar os recursos da UC de forma a aumentar a taxa de qualificação dos alunos que enfrentam dificuldades socio econômicas.

3) o presidente da UC deve conferir aos deanos a responsabilidade de definir criterios suplementares de admissão em materia de necessidade econômica e ambiente social incluindo um lar onde se praticam abusos ou e disfuncional ou uma vizinhança pouco sadia e influências anti-sociais

4) a partir de 1 de janeiro de 1997 não menos de 50% e não mais de 75% de cada classe em cada campus devem ser admitidos com base exclusivamente no desempenho escolar

A Secretaria de Direitos Humanos resolveu examinar detalhadamente as admissões mais recentes da UCLA Chegou a conclusão de que o programa de ações afirmativas vigente para os estudantes tal como existe desde 1990 quando e implementado o modelo de referência obedece ao paragrafo VI da Lei dos Direitos Civis de 1964 e ao padrão proposto quando do julgamento do caso Universidade da California vs Bakke Com base em tais constatações a Secretaria de Direitos Humanos aprovou medias que devem ser alcançadas para assegurar a diversidade na graduação medias essas antes rejeitadas pelos reitores da UC

Tais taxas têm sido eficazes na admissão de um corpo diverso e qualifica do de estudantes na UC Dentre os 3 122 alunos que entraram na Faculdade de Letras e Ciências da UCLA em 1995 nenhum grupo etnico detinha a maioria Os americanos de origem asiatica formam o maior grupo etnico (38%) seguidos pelos brancos (25 5%) latinos (23%) e afro americanos (8 2%) Esses estudantes foram selecionados entre 21 600 candidatos Na UCLA 97% a 98% dos candidatos aceitos preenchem plenamente os criterios de admissão estar entre os 12 5% melhores alunos do segundo grau Deste grupo o conselho de seleção escolhe as classes servindo se de indicadores qualitativos e quantitativos

A diversidade foi alcançada mantendo se um processo de seleção bastante cuidadoso revisto a cada ano Em 1995 todos os candidatos elegiveis foram classificados num *ranking* acadêmico No primeiro estagio a seleção baseia-se apenas em criterios acadêmicos considerando se a media das notas testes escolares numero de cursos alem do minimo exigido prêmios e outras qualificações A UCLA seleciona por volta de 60% dos seus estudantes com base nestes criterios So 5% dos afro americanos e 9% dos latinos preenchem tais requisitos

No segundo estagio alem dos acadêmicos são considerados criterios extra-acadêmicos São então contabilizadas informações relativas a etnia residência no estado da California e desvantagens acumuladas com base em baixos niveis de renda familiar baixo nivel de instrução dos pais e outros *handicaps* Neste estagio a UCLA seleciona perto de 20% a mais dos novos estudantes 33% dos alunos afro-americanos e 41% dos latinos são beneficiados por esses segundo criterio de seleção

Um terceiro estagio de escolha apoia se numa leitura detalhada dos pedidos de admissão Combinam se os criterios acadêmicos e extra acadêmicos O resultado e um novo *ranking* estabelecendo os pedidos de admissão que devem ser reconsiderados sendo submetidos a nova avaliação Nesse ultimo estagio selecionam se aproximadamente 20% estudantes a mais sendo os grupos mais beneficiados os afro americanos (63% dos alunos de 1 ano são integrados nesta fase) e os latinos (51%)

Na primavera de 1995 a Faculdade de Letras e Ciências da UCLA informou que renda insuficiente e desvantagens educacionais tais como deficiên-

cias e *gap* escolar dos pais poderiam ser quantificados. Outros aspectos relativos a experiência educacional dos estudantes sub-representados no entanto não eram mensuráveis. Foram salientados os efeitos negativos resultantes da baixa expectativa por parte das escolas e da sociedade em geral com relação a estudantes cuja formação escolar é deficiente bem como a pressão que sofrem por parte de colegas com atitudes anti-intelectuais de influência bastante nefasta. Foi igualmente observada em todos os grupos a existência de altas taxas de aprovação. Como os critérios de admissão postulados pelas ações afirmativas só foram implementados em 1990 ainda não foi possível analisar o grau de sucesso na conclusão dos cursos de graduação. Estes resultados não estão disponíveis. A taxa de aprovação para os estudantes inscritos no primeiro ano da graduação em 1990 foi de 88%. Ora em 1980 essa taxa era de 72%. Melhor do que isso nesses dez anos a taxa de aprovação dos alunos afro-americanos passou de 70% para 82% e a dos latinos de 74% para 85%. Esses números revelam que os critérios de admissão favoráveis à inclusão de minorias étnicas e raciais funcionou muito bem até agora.

Depois de analisar os resultados derivados das políticas de ação afirmativa na UCLA e divulgá-los junto a todas as faculdades, o Comitê Executivo da Faculdade de Letras e Ciências endossou esse processo considerando-o enriquecedor para o programa acadêmico e útil para nos ajudar a servir o estado da Califórnia. De posse deste e de outros relatórios que lhe antecederam a Assembleia Legislativa do Decanato da Divisão de Los Angeles aprovou em massa uma resolução afirmando que os programas de ações afirmativas tornaram a Universidade uma instituição melhor por terem-na tornado mais diversificada e que este trabalho ainda não foi concluído. A Universidade deve continuar atuando de forma afirmativa para aumentar a participação de indivíduos pertencentes a grupos sub-representados avaliando e aprimorando os programas de modo a fortalecê-los. A resolução da UCLA diz que a diversidade estimula a vida intelectual e o desenvolvimento engendra novos desafios e empurra todos os membros da comunidade acadêmica para níveis mais elevados de excelência e sucesso. Essa diversidade também contribui para que a Universidade da Califórnia e outras universidades estaduais possam alcançar seus objetivos enquanto universidades de pesquisa pública.

O Comitê Executivo do Decanato dos demais campus da UC adotou a mesma resolução concluindo que a Universidade deve avaliar e modificar os programas de ação afirmativa com vistas a aperfeiçoá-los. O presidente Jack Peltason tentou inutilmente convencer os reitores a adotarem também tal resolução. No entanto estes rejeitaram o conselho defendendo novas medidas em lugar da manutenção do que denominam preferências artificiais nas admissões.

Novas medidas não podem diversificar no curto prazo o corpo discente da graduação selecionado por ocasião das admissões. Embora conscientes de que toda e qualquer previsão pode incorrer em erro a Comissão Especial para os Critérios de Admissão na Graduação fez a seguinte observação ao apresentar seus resultados: parece impossível que os novos critérios em discussão possam propiciar o mesmo nível de diversidade étnica e racial alcançados pelos critérios vigentes. O que se pode esperar de melhor de todos esses esforços acredita a Comissão Especial e que se possa minimizar as consequências adversas à ampliação da diversidade étnico-racial.

Tomando como ponto de partida as matrículas do próximo ano letivo (1996-97) os critérios acadêmicos deverão determinar a seleção de 50% a 75% dos estudantes de 1º ano contra percentuais correntes inferiores que se situavam entre 40% e 60%. Um relatório interno da UCLA de maio de 1995 apoiado numa simulação feita por computador previu que tal mudança redundaria num aumento entre 15% e 25% da participação dos estudantes americanos asiáticos no conjunto da Universidade da Califórnia percentual esse que em Berkeley e Los Angeles chegaria a 35% a mais caso considerem-se apenas os critérios acadêmicos. O número dos estudantes brancos não deve ser alterado mas o dos estudantes latinos deve cair de 5% a 15% e o dos afro-americanos deve decrescer entre 40% e 50%. Segundo a secretaria responsável pelas admissões a mudança não deve ser tão radical muito embora seja evidente que o número dos estudantes asiáticos admitidos vai crescer significativamente.

Se a ação dos reitores vai certamente levar a exclusão de muitos membros de minorias o ônus e as repercussões políticas em que vão incorrer os novos critérios de admissão serão também por sua vez bem altos. A administração da UC expressou o sentimento de que a universidade precisa conhecer os riscos de exclusão e estabelecer os níveis de participação pois desconsiderar a raça e a etnia por ocasião das admissões e como alienar os grupos mais frequentemente excluídos.

Os reitores pediram ao departamento de admissões para considerar a escolha de candidatos que apesar de suas desvantagens econômicas e sociais tivessem demonstrado caráter e determinação apostando no seu potencial acadêmico. Os professores e a administração bem como a Comissão Especial estão elaborando critérios de seleção e procedimentos que atendam a tais pressupostos. Atenção particular é dada à queda brutal da participação dos afro-americanos na universidade. Eles já são poucos numericamente e estão se tornando ainda mais sub-representados com as novas regras. Em nível nacional seus testes escolares (SAT

Scholastic Assessment Test) apresentam médias abaixo daquelas obtidas pelos brancos desempenho que não se limita aos grupos afro-americanos com dificuldades financeiras ou oriundos de bairros populares desfavorecidos. Logo selecionar estudantes apenas com base em desvantagens econômicas pode significar forte redução do número de afro-americanos na UC.

Considerando-se o impacto profundo e permanente do racismo nos Estados Unidos as Comissões de Seleção continuam a trabalhar comprometidas com a elaboração cuidadosa de medidas que respeitem as diferenças entre os distintos grupos. Se a Universidade não for flexível o suficiente para integrar preceitos de raça e etnia o acesso ao ensino superior pode estar sendo reduzido para os estudantes que acumularam desvantagens por pertencerem a minorias étnicas e raciais. A decisão dos reitores vai orientar todo o processo de seleção na Universidade e seus programas de estudo. Vai afetar grandemente os cursos de pós-graduação e as escolas profissionais ao proibir que eles também incorporem a raça e a etnia aos seus critérios de seleção. Vai por fim diminuir o número de estudantes pertencendo a minorias nas aplicações para a UCLA e Berkeley as mais procuradas dentre os nove campus da UC.